Os direitos da criança em Timor-Leste

Patrícia Jerónimo*

*Professora da Escola de Direito
da Universidade do Minho*

Em 17 de Maio de 2011, o Ministério da Justiça de Timor-Leste apresentou para discussão pública o anteprojecto do *Código da Criança*, um texto que constitui o resultado dos trabalhos desenvolvidos, desde 2004, pelo Ministério da Justiça, em estreita colaboração com a UNICEF, no sentido de dotar Timor-Leste de uma «lei-quadro» para protecção e promoção dos direitos da criança, em conformidade com os padrões internacionais de defesa dos direitos humanos a que o país se encontra vinculado e com o disposto no artigo 18.º da Lei Fundamental timorense¹. Trata-se de um objectivo prioritário, como explicou a Ministra da Justiça, Lúcia Lobato, atenta a circunstância de, de acordo com o Censos 2010, cinquenta por cento da população timorense ter menos de 17 anos².

O *Código da Criança* incorpora os princípios e regras fundamentais contidos na *Convenção sobre os Direitos da Criança*, adoptada pela Assembleia-Geral das Nações Unidas a 20 de Novembro de 1989 e ratificada por Timor-Leste a 17 de Setembro de 2003³. Para além disso, o *Código* reflecte as posições assumidas pelo Comité dos Direitos da Criança das Nações Unidas e acompanha os «recentes desenvolvimentos ocorridos a nível internacional na área dos direitos humanos, nomeadamente a adopção

* Texto a publicar nos Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Einrich Ewald Hörster, no prelo. O presente texto baseia-se na comunicação apresentada, no dia 3 de Junho de 2011, na Universidade Nacional Timor Lorosa'e, em Díli, Timor-Leste.

¹ Informação disponibilizada pelo Ministério da Justiça de Timor-Leste em <http://www.mj.gov.tl/?q=node/242> [04.10.2011]. O texto do anteprojecto do *Código da Criança* encontra-se disponível em <http://www.mj.gov.tl/?q=node/244> [04.10.2011].

² Informação disponível em <http://timor-leste.gov.tl/?p=5045&n=1&lang=pt> [04.10.2011].

³ Resolução do Parlamento Nacional n.º 16/2003, de 17 de Setembro.

da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, o reconhecimento do direito à água e ao saneamento e a adopção das Linhas Orientadoras da ONU para a Criança com Necessidades de Cuidados Alternativos, entre outros»⁴.

Apesar de muitas das suas disposições, sobretudo as contidas nas Partes I e II, poderem ser consideradas redundantes à luz dos arts. 9.º, n.º 2⁵, e 18.º, n.º 2⁶, da Constituição da República Democrática de Timor-Leste (CRDTL)⁷, o *Código da Criança* tem o inegável mérito de explicitar na ordem jurídica interna as normas relativas à protecção dos direitos da criança constantes das convenções e tratados internacionais de que Timor-Leste é parte, tornando mais facilmente perceptíveis, quer o seu conteúdo, quer a sua «justicialidade»⁸. A importância da adopção de legislação interna específica sobre os direitos da criança, que reflecta o preceituado na *Convenção*, tem sido, de resto, sublinhada pelo Comité dos Direitos da Criança em várias ocasiões. Assim, nomeadamente, no seu Comentário Geral n.º 5, sobre medidas gerais para o cumprimento da *Convenção sobre os Direitos da Criança*⁹, e no seu relatório final sobre Timor-Leste, de 2008¹⁰.

⁴ Preâmbulo do *Código da Criança*, segundo parágrafo.

⁵ Nos termos do art. 9.º, n.º 2, da CRDTL, «[as] normas constantes de convenções, tratados e acordos internacionais vigoram na ordem jurídica interna mediante aprovação, ratificação ou adesão pelos respectivos órgãos competentes e depois de publicadas no jornal oficial». Assim sendo, as normas constantes da *Convenção sobre os Direitos da Criança* e dos demais instrumentos de Direito Internacional ratificados por Timor-Leste são parte integrante da ordem jurídica timorense independentemente de o *Código da Criança*, que em boa medida reproduz essas normas, vir a ser adoptado.

⁶ O art. 18.º, n.º 2, estatui que «[a] criança goza de todos os direitos que lhe são universalmente reconhecidos, bem como de todos aqueles que estejam consagrados em convenções internacionais regularmente ratificadas ou aprovadas pelo Estado».

⁷ Publicada no *Jornal da República*, série I, n.º 1, de 4 de Junho de 2003.

⁸ Cf. JOSÉ JOAQUIM GOMES CANOTILHO, *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*, 3.ª ed., Coimbra, Almedina, 1999, p. 446.

⁹ «The Committee emphasizes, in particular, the importance of ensuring that domestic law reflects the identified general principles in the Convention. [The] Committee welcomes the development of consolidated children's rights statutes, which can highlight and emphasize the Convention's principles». Cf. Committee on the Rights of the Child General Comment no. 5 (2003), *General measures of implementation of the Convention on the Rights of the Child (arts. 4, 42 and 44, para. 6)*, CRC/GC/2003/5, de 27 de Novembro de 2003, parágrafo 22.

¹⁰ «The Committee recommends that the State party continue and strengthen its efforts to develop consistent legislative frameworks in all areas affecting children's rights, and to ensure that all domestic laws and administrative regulations concerning children are rights-based and conform to the provisions and principles of the Convention. The Committee urges the prompt adoption of all necessary legislation, including the Civil Code, the Penal Code, the Education Law, the Domestic Violence Law, the Adoption Law, the Custody/Tutelar Law and other child specific laws and regulations, such as the Children's Code». Cf. Committee on the Rights of the Child, *Consideration of Reports Submitted by States Parties under Article 44 of the Convention, Concluding observations: Timor-Leste*, CRC/C/TLS/CO/1, de 14 de Fevereiro de 2008, parágrafo 9.

De qualquer modo, o *Código da Criança* não se limita a enunciar os direitos da criança tal como estão consagrados na *Convenção* e nos demais instrumentos jurídicos internacionais relevantes de que Timor-Leste é parte. Também estabelece as medidas estaduais de protecção das crianças em risco, incluindo a sua colocação em instituições ou casas de acolhimento, uma matéria há muito carecida de regulação, como observado pelo Comité dos Direitos da Criança, em 2008¹¹. O *Código* cria, para além disso, a Comissão Nacional dos Direitos da Criança, uma entidade independente com competência para «promover, defender e salvaguardar os direitos da criança»¹².

Enquanto lei geral, o *Código da Criança* não tem a pretensão de regular todas as matérias pertinentes ao estatuto da criança. Desde que a ideia surgiu, em 2004, o *Código* foi sempre entendido como um diploma a complementar por «legislação sectorial em domínios específicos, incluindo no domínio do direito penal, laboral e da família»¹³. Compreende-se assim que, numa matéria igualmente muito carecida de regulação como é a justiça juvenil, o *Código* se limite a remeter para lei específica, ainda a adoptar¹⁴.

O texto preambular do *Código* assume expressamente a intenção de ser «consentâneo [com] outras peças de legislação nacional em vigor no país, como a Constituição e o Código Penal» e de ter em conta projectos de lei ainda em apreciação, como o projecto do Código Civil e o projecto do Código de Registo Civil. Esta articulação do *Código* com o texto constitucional e a demais legislação em vigor (e em

¹¹ O Comité notou, com preocupação, a grande procura de apoio institucional por parte das famílias, fruto da sua extrema pobreza, e o elevado número de instituições a operar no terreno sem um controlo adequado. O Comité recomendou, por isso, a redução do grande número de crianças colocadas em instituições através do desenvolvimento de uma política global de assistência às famílias e de um sistema de protecção de base comunitária, bem como da adopção de medidas para restringir a criação arbitrária de novas instituições. O Comité recomendou igualmente que sejam criados mecanismos que garantam que a colocação de crianças em instituições se baseia numa avaliação cuidadosa das necessidades individuais de cada criança, a levar a cabo por um órgão composto por especialistas de várias áreas e sujeita a controlo pelos tribunais. O Comité louvou o projecto então em curso com vista à elaboração de um diploma legal para regular os internatos e instituições afins, de modo a estabelecer procedimentos apropriados para a colocação de crianças nas instituições e a melhorar os padrões de assistência oferecidos pelas instituições existentes, recomendando a sua conclusão e adopção a breve trecho. Cf. Committee on the Rights of the Child, *Consideration of Reports Submitted by States Parties under Article 44 of the Convention, Concluding observations: Timor-Leste, CRC/C/TLS/CO/1*, de 14 de Fevereiro de 2008, parágrafos 48-49. O Comité chamou ainda a atenção para o facto de serem muito comuns os acordos informais ao abrigo dos quais crianças vivem com famílias diferentes das suas famílias de origem e louvou o propósito assumido pelo Governo timorense de regular a adopção, a tutela e a curadoria, recomendando a progressiva regularização dos actuais acordos informais (parágrafos 50-51).

¹² Art. 84.º do *Código da Criança*.

¹³ Ver <http://www.mj.gov.tl/?q=node/242> [04.10.2011].

¹⁴ Art. 69.º, n.º 1, do *Código da Criança*.

projecto) nem sempre é bem conseguida, como atesta, por exemplo, o art. 8.º do *Código*, que, sob a epígrafe «Direito à nacionalidade», se limita a estatuir que «[a] aquisição, perda e re aquisição da nacionalidade timorense, bem como o seu registo e prova, são regulados pela Lei da Nacionalidade». Seria de esperar que, num capítulo dedicado aos «direitos e liberdades civis» e em que todos os demais preceitos enunciam direitos subjectivos, este art. 8.º dissesse um pouco mais e não se limitasse a remeter para outro diploma. É certo que o Direito da Nacionalidade é uma matéria tecnicamente complexa e politicamente sensível¹⁵, o que pode recomendar cautelas, mas a ordem jurídica timorense integra já todas as disposições necessárias à instituição de um regime substantivo mínimo nesta sede.

Desde logo, Timor-Leste ratificou o *Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos*¹⁶, onde se reconhece a toda e qualquer criança o direito de adquirir uma nacionalidade (art. 24.º, n.º 3). Idêntico direito é, ademais, reconhecido pela *Convenção sobre os Direitos da Criança* no seu art. 7.º, n.º 1. Por outro lado, uma leitura conjugada da Constituição e da Lei da Nacionalidade¹⁷, permite muito claramente estatuir que as crianças nascidas em Timor-Leste de pais incógnitos, apátridas ou de nacionalidade desconhecida, têm direito à cidadania timorense originária, por força da cláusula de exclusão da apatridia do art. 3.º, n.º 2, alínea b) da CRDTL; e que nenhuma criança pode ser arbitrariamente privada da nacionalidade timorense nem do direito de mudar de nacionalidade, por força do art. 2.º, n.º 1, da Lei da Nacionalidade, que reproduz o disposto no art. 15.º da *Declaração Universal dos Direitos do Homem*¹⁸.

Este é, sobretudo, um ponto de técnica legislativa, que em nenhuma medida prejudica o efectivo gozo destes direitos em Timor-Leste, uma vez que eles decorrem directamente da Constituição e da lei. De qualquer modo, atento o desiderato assumido pelos autores do *Código da Criança* de «contribuir para uma uniformização e coesão

¹⁵ Cf. PATRÍCIA JERÓNIMO, «O Direito timorense da nacionalidade», in *Scientia Iuridica*, LX, n.º 325, Janeiro/Abril de 2011, pp. 37-60.

¹⁶ Resolução do Parlamento Nacional n.º 3/2003, de 22 de Julho, publicada no *Jornal da República*, na edição de 20 de Agosto de 2003.

¹⁷ Lei n.º 9/2002, de 5 de Novembro.

¹⁸ Uma redacção do art. 8.º mais consentânea com o espírito que preside ao *Código da Criança* poderia ser a seguinte: 1. Toda e qualquer criança tem o direito de adquirir uma nacionalidade. 2. As crianças nascidas em Timor-Leste de pais incógnitos, apátridas ou de nacionalidade desconhecida, têm direito à cidadania timorense originária. 3. Nenhuma criança pode ser arbitrariamente privada da nacionalidade timorense nem do direito de mudar de nacionalidade. 4. A aquisição, perda e re aquisição da nacionalidade timorense, bem como o seu registo e prova, são regulados pela Lei da Nacionalidade.

dos vários dispositivos jurídicos em matéria de direitos da criança, de modo a evitar a dispersão de conceitos e políticas»¹⁹ e do enunciado essencialmente compilatório do *Código*, não podemos deixar de lamentar que a «coesão» pretendida seja minada desta maneira.

A análise que se segue tem por objectivo identificar o quadro jurídico – proporcionado pelos compromissos internacionais a que Timor-Leste se encontra vinculado, bem como pela Lei Fundamental timorense e demais legislação ordinária actualmente em vigor – de que o *Código da Criança* fará parte se/quando vier a ser adoptado. O nosso propósito é o de fazer um ponto da situação do estatuto actualmente reconhecido à criança pela ordem jurídica timorense e o de avaliar o impacto previsível que a adopção do *Código da Criança* trará a este cenário.

1. Os compromissos internacionais assumidos por Timor-Leste em matéria de protecção dos direitos da criança

A abertura da ordem jurídica timorense ao Direito Internacional não oferece dúvidas, podendo comprovar-se, quer pelos «termos generosos da inserção e posicionamento do Direito Internacional na ordem interna timorense que constam do artigo 9.^o»²⁰, como pela «recepção da Declaração Universal dos Direitos do Homem como critério interpretativo dos direitos fundamentais pelo artigo 23.^o, 2.^a parte»²¹, quer ainda pela celeridade com que Timor-Leste ratificou os mais relevantes instrumentos internacionais dirigidos à tutela dos direitos humanos²².

¹⁹ Ver <http://www.mj.gov.tl/?q=node/242> [04.10.2011].

²⁰ O art. 9.^o da CRDTL não apenas consagra o princípio da recepção automática, ainda que condicionada, das normas de Direito Internacional convencional vinculativas do Estado timorense, como vimos *supra* na nota 5, mas também estatui que estas normas se sobrepõem ao Direito interno. «São inválidas todas as normas das leis contrárias às disposições das convenções, tratados e acordos internacionais recebidos na ordem jurídica interna timorense» (art. 9.^o, n.^o 3). Para além disso, «[a] ordem jurídica timorense adopta os princípios de direito internacional geral ou comum» (art. 9.^o, n.^o 1).

²¹ Cf. JAIME VALLE, «A conclusão dos tratados internacionais na Constituição timorense de 2002», in *O Direito*, IV, 139, 2007, pp. 879-880.

²² Um facto que granjeou os elogios do Comité dos Direitos da Criança. Cf. Committee on the Rights of the Child, *Consideration of Reports Submitted by States Parties under Article 44 of the Convention, Concluding observations: Timor-Leste*, CRC/C/TLS/CO/1, de 14 de Fevereiro de 2008, parágrafo 4. Entre os instrumentos de Direito Internacional ratificados por Timor-Leste avultam a *Carta das Nações Unidas* (Resolução do Parlamento Nacional n.^o 1/2002, *Jornal da República*, série I, n.^o 1, de 4 de Junho de 2003), o *Pacto Internacional sobre os Direitos Cívicos e Políticos*, o *Pacto Internacional*

Para o que aqui nos interessa, Timor-Leste encontra-se vinculado por vários instrumentos internacionais dirigidos especificamente à protecção dos direitos da criança. Para além da *Convenção sobre os Direitos da Criança*, Timor-Leste ratificou os dois Protocolos Facultativos a esta Convenção – o *Protocolo Facultativo relativo à venda de crianças, prostituição infantil e pornografia infantil*²³ e o *Protocolo Facultativo relativo à participação de crianças em conflitos armados*²⁴ –, a *Convenção n.º 182 da Organização Internacional do Trabalho relativa à interdição das piores formas de trabalho das crianças e à acção imediata com vista à sua eliminação*²⁵, a *Convenção de Haia de 29 de Maio de 1993 relativa à protecção das crianças e à cooperação em matéria de adopção internacional*²⁶ e o *Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas Contra o Crime Organizado Transnacional, relativo à prevenção, repressão e punição do tráfico de pessoas, em especial mulheres e crianças*²⁷.

O instrumento jurídico de referência é, naturalmente, a *Convenção sobre os Direitos da Criança*²⁸, pelo que será com base nas suas disposições que estruturaremos a exposição que se segue.

sobre Direitos Económicos, Sociais e Culturais (Resolução do Parlamento Nacional n.º 8/2003, de 3 de Setembro), a *Convenção contra a Tortura e outras Penas ou Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes* (Resolução do Parlamento Nacional n.º 9/2003 de 10 de Setembro), a *Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres* (Resolução do Parlamento Nacional n.º 11/2003, de 17 de Setembro), a *Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial* (Resolução do Parlamento Nacional n.º 10/2003, de 10 de Setembro) e o *Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional* (Resolução do Parlamento Nacional n.º 13/2002, de 13 de Agosto).

²³ Resolução do Parlamento Nacional n.º 17/2003, de 17 de Setembro.

²⁴ Resolução do Parlamento Nacional n.º 18/2003, de 17 de Setembro.

²⁵ Resolução do Parlamento Nacional n.º 9/2009, de 8 de Abril.

²⁶ Resolução do Parlamento Nacional n.º 28/2009, de 9 de Setembro.

²⁷ Resolução do Parlamento Nacional n.º 29/2009, de 9 de Setembro.

²⁸ A *Convenção sobre os Direitos da Criança* é o instrumento de Direito Internacional mais ratificado de sempre – apenas os Estados Unidos da América e a Somália continuam sem a ratificar, apesar de a terem assinado – e muitos autores defendem mesmo que já ascendeu à categoria de costume internacional. Cf. ISRAEL DE JESÚS BUTLER, *The European Union and International Human Rights Law*, OHCHR Regional Office for Europe, 2011, pp. 23-24. Como observam Philip Alston e John Tobin, são muitos os superlativos empregues para caracterizar a *Convenção*, que constitui o mais completo, ambicioso e inovador instrumento de Direito Internacional, um «ponto de viragem» na luta pela justiça para as crianças, etc., etc.. Pena é que, como estes autores não deixam de notar, os abusos de que as crianças são vítimas um pouco por todo o mundo persistam e pareçam mesmo ter vindo a agravar-se nos últimos anos. «It is not difficult to find superlatives to describe the achievements of the CRC. It is the most widely ratified treaty in history, the first virtually universal human rights convention, it is the most far-reaching, the most forward-looking, the most comprehensive, it is the embodiment of a whole new vision for children, a definitive turning point in the struggle to achieve justice for children, and a document with an unprecedented potential to bring about dramatic change. [But] the paradox is that it is

A *Convenção sobre os Direitos da Criança* define criança como sendo «todo o ser humano menor de 18 anos, salvo se, nos termos da lei que lhe for aplicável, atingir a maioridade mais cedo» (art. 1.º). Aplicado à realidade timorense, este preceito implica que sejam considerados criança, e por isso beneficiários do regime instituído pela *Convenção*, todos os seres humanos com idade inferior a 17 anos, uma vez que é a esta idade que as pessoas atingem a maioridade em Timor-Leste. Isso mesmo podia ser intuído face ao art. 47.º, n.º 1, da CRDTL, que fixa nos 17 anos o início da capacidade eleitoral activa e passiva dos cidadãos timorenses²⁹, e tornou-se entretanto incontroverso com a aprovação do Código Civil timorense, cujo art. 118.º esclarece que «[é] menor quem ainda não tiver completado dezassete anos de idade»³⁰.

A *Convenção* assenta em quatro princípios estruturantes, que devem guiar a interpretação e aplicação dos demais preceitos nela contidos: não discriminação (art. 2.º); respeito pelo direito da criança à vida, à sobrevivência e ao desenvolvimento (art. 6.º); respeito pelas opiniões da criança (art. 12.º); e consideração primacial do interesse superior da criança (art. 3.º, n.º 1). Entre estes, o princípio do interesse superior da criança é comumente tido como o grande princípio orientador de toda a *Convenção*, na medida em que todas as normas nela contidas têm como razão de ser a defesa e a promoção do interesse superior da criança e este só será salvaguardado se todas as normas constantes da *Convenção* forem devidamente cumpridas³¹.

Entre os direitos subjectivos reconhecidos pela *Convenção*, podemos distinguir aqueles que são especificamente talhados para satisfazer necessidades e salvaguardar

equally easy to recite a litany of terrible abuses which continue to be committed against children, some of which seem to be even more chronic and less susceptible to resolution today than they were before the Convention existed». Cf. PHILIP ALSTON e JOHN TOBIN, *Laying the Foundations for Children's Rights. An independent study of some key legal and institutional aspects of the impact of the Convention on the Rights of the Child*, Innocenti Insight, UNICEF, 2005, p. 2.

²⁹ Importa notar, no entanto, que o Comité dos Direitos da Criança, no seu relatório de 2008 sobre Timor-Leste, concluiu erradamente que a incorporação da *Convenção* na ordem jurídica timorense significava a adopção de uma definição de criança como a de uma pessoa com idade inferior a 18 anos. «The Committee notes that the State party, by virtue of section 9 of the Constitution and incorporation of the Convention directly into its domestic legal Framework, has defined a child as being every human being under the age of 18 years». Cf. Committee on the Rights of the Child, *Consideration of Reports Submitted by States Parties under Article 44 of the Convention, Concluding observations: Timor-Leste*, CRC/C/TLS/CO/1, de 14 de Fevereiro de 2008, parágrafo 24.

³⁰ Lei n.º 10/2011, de 14 de Setembro. De igual modo, o art. 2.º, n.º 1, do *Código da Criança* estabelece que, «[para] os efeitos da presente lei, criança é todo o ser humano com idade inferior a 17 anos».

³¹ Cf. PHILIP ALSTON e BRIDGET GILMOUR-WALSH, *The Best Interests of the Child. Towards a synthesis of children's rights and cultural values*, Innocenti Studies, UNICEF, 1996, p. 1.

interesses privativos das crianças e aqueles outros que constituem direitos humanos gerais, decalcados do *Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos* e do *Pacto Internacional dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais* e comuns a crianças e adultos.

Pertencem ao primeiro grupo,

– o direito da criança com capacidade de discernimento a expressar livremente a sua opinião sobre as questões que lhe digam respeito e a que a sua opinião seja devidamente tomada em consideração, de acordo com a sua idade e maturidade (art. 12.º)³²;

– o direito da criança a ser registada imediatamente após o nascimento, o direito a um nome, o direito a adquirir uma nacionalidade e, sempre que possível, o direito de conhecer os seus pais e de ser educada por eles (art. 7.º, n.º 1);

– o direito da criança a não ser separada de seus pais contra a vontade destes, salvo se as autoridades competentes decidirem que essa separação é necessária no interesse superior da criança (art. 9.º, n.º 1)³³;

– o direito da criança temporária ou definitivamente privada do seu ambiente familiar à protecção e assistência especiais do Estado, que lhe assegurará uma «protecção alternativa» (art. 20.º, n.º 1 e 2)³⁴;

– o direito da criança mental e fisicamente deficiente a beneficiar de cuidados especiais (art. 23.º, n.º 2);

³² Nos termos do art. 12.º, n.º 2, este direito requer que seja «assegurada à criança a oportunidade de ser ouvida nos processos judiciais e administrativos que lhe respeitem, seja directamente, seja através de representante ou de organismo adequado, segundo as modalidades previstas pelas regras de processo da legislação nacional». O *Protocolo Facultativo relativo à venda de crianças, prostituição infantil e pornografia infantil* prevê especificamente para as crianças vítimas de crimes associados a este tipo de práticas, que as suas opiniões, necessidades e preocupações sejam apresentadas e tomadas em consideração nos processos que afectem os seus interesses pessoais [art. 8.º, n.º 1, alínea c), do *Protocolo Facultativo*]. Cf., ainda, Committee on the Rights of the Child General Comment no. 12 (2009), *The right of the child to be heard*, CRC/C/GC/12, 20 de Julho de 2009.

³³ Uma tal decisão pode revelar-se necessária no caso de, por exemplo, os pais maltratarem ou negligenciarem a criança ou no caso de os pais viverem separados e uma decisão sobre o lugar da residência da criança tiver de ser tomada. O art. 9.º, n.º 3, reconhece ainda «o direito da criança separada de um ou de ambos os seus pais de manter regularmente relações pessoais e contactos directos com ambos, salvo se tal se mostrar contrário ao interesse superior da criança». Este direito é reconhecido mesmo que os pais da criança residam em Estados diferentes, como resulta do disposto no art. 10.º, n.º 2. Quando a separação entre a criança e os pais resultar de medidas tomadas pelo Estado, tais como a detenção ou a prisão, o Estado tem o dever de facultar à criança (bem como aos seus pais ou outro membro da família) informações essenciais sobre o local onde se encontram, se tais informações lhe forem solicitadas e se a divulgação dessas informações não for prejudicial ao bem-estar da criança (art. 9.º, n.º 4).

³⁴ A protecção alternativa pode incluir, entre outras, a forma de colocação familiar, a *kafala* do Direito islâmico, a adopção ou, no caso de tal se mostrar necessário, a colocação em estabelecimentos adequados de assistência às crianças (art. 20.º, n.º 3).

- o direito da criança colocada, pelas autoridades competentes, num estabelecimento para fins de assistência, protecção ou tratamento físico ou mental, à revisão periódica do tratamento a que foi submetida e de quaisquer outras circunstâncias ligadas à sua colocação (art. 25.º);
- o direito da criança a participar em jogos e actividades recreativas próprias da sua idade (art. 31.º, n.º 1);
- o direito da criança a ser protegida contra a exploração económica ou a sujeição a trabalhos perigosos ou capazes de comprometer a sua educação, prejudicar a sua saúde ou o seu desenvolvimento físico, mental, espiritual, moral ou social (art. 32.º, n.º 1)³⁵;
- o direito da criança privada de liberdade a ser separada dos adultos, a manter contacto com a sua família e a aceder rapidamente à assistência jurídica (art. 37.º);
- o direito da criança suspeita ou acusada de ter infringido a lei penal a que a sua causa seja examinada pela autoridade competente na presença de seus pais ou representantes legais, a menos que tal se mostre contrário ao superior interesse da criança [art. 40.º, n.º 2, alínea b), *iii*].

Os direitos que a *Convenção* decalca de outros instrumentos internacionais gerais de direitos humanos são:

- o direito à vida (art. 6.º, n.º 1);
- o direito a preservar a respectiva identidade, incluindo a nacionalidade, o nome e relações familiares, sem ingerência ilegal por parte do Estado (art. 8.º, n.º 1);
- o direito de deixar qualquer país, incluindo o seu, e de regressar ao seu próprio país (art. 10.º, n.º 2)³⁶;
- o direito à liberdade de expressão (art. 13.º)³⁷;

³⁵ Ao ratificar a *Convenção n.º 182 da Organização Internacional do Trabalho*, Timor-Leste comprometeu-se a tomar, com a maior urgência, medidas imediatas e eficazes para assegurar a proibição e a eliminação das piores formas de trabalho das crianças. As «piores formas de trabalho das crianças» incluem: todas as formas de escravatura ou práticas análogas, tais como a venda e o tráfico de crianças, a servidão, o trabalho forçado ou obrigatório e o recrutamento forçado de crianças com vista à sua utilização em conflitos armados; a utilização, recrutamento ou oferta de uma criança para fins de prostituição, de produção de material pornográfico ou de espectáculos pornográficos; a utilização, recrutamento ou oferta de uma criança para actividades ilícitas, nomeadamente para a produção e o tráfico de estupefacientes; os trabalhos que, pela sua natureza ou pelas condições em que são exercidos, são susceptíveis de prejudicar a saúde, a segurança ou a moralidade da criança (art. 3.º).

³⁶ O direito de deixar um país só pode ser objecto de restrições que, sendo previstas na lei, constituam disposições necessárias para proteger a segurança nacional, a ordem pública, a saúde ou moral públicas, ou os direitos e liberdades de outrem, e se mostrem compatíveis com os outros direitos reconhecidos na *Convenção*.

³⁷ Este direito compreende a liberdade de procurar, receber e expandir informações e ideias de toda a espécie, sem considerações de fronteiras, sob forma oral, escrita, impressa ou artística ou por

- o direito à liberdade de pensamento, de consciência e de religião (art. 14.º)³⁸;
- o direito à liberdade de associação e de reunião pacífica (art. 15.º)³⁹;
- o direito à protecção contra intromissões arbitrárias ou ilegais na sua vida privada, na sua família, no seu domicílio ou correspondência, bem como contra ofensas ilegais à sua honra e reputação (art. 16.º);
- o direito da criança mental e fisicamente deficiente a uma vida plena e decente em condições que garantam a sua dignidade, favoreçam a sua autonomia e facilitem a sua participação activa na vida da comunidade (art. 23.º, n.º 1);
- o direito a gozar do melhor estado de saúde possível e a beneficiar de serviços médicos e de reabilitação (art. 24.º, n.º 1);
- o direito de beneficiar da segurança social (art. 26.º, n.º 1);
- o direito a um nível de vida suficiente, de modo a permitir o seu desenvolvimento físico, mental, espiritual, moral e social (art. 27.º, n.º 1);
- o direito à educação (art. 28.º, n.º 1);
- o direito da criança indígena ou pertencente a uma minoria étnica, religiosa ou linguística, a ter a sua própria vida cultural, professar e praticar a sua própria religião ou utilizar a sua própria língua conjuntamente com os membros do seu grupo (art. 30.º);
- o direito da criança ao repouso e aos tempos livres, o direito de participar livremente na vida cultural e artística (art. 31.º, n.º 1);
- o direito da criança a não ser submetida a tortura ou a penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes e a não ser privada de liberdade de forma ilegal ou arbitrária (art. 37.º);
- o direito da criança a não ser julgada por acções ou omissões que, no momento da sua prática, não eram proibidas pelo Direito nacional ou internacional, bem como o direito de beneficiar de um conjunto de garantias processuais mínimas, incluindo a presunção da inocência; o direito a ser informada pronta e directamente das acusações formuladas contra si; o direito a assistência jurídica ou outra assistência adequada para a preparação e apresentação da sua defesa; o direito a que a sua causa seja examinada sem demora por uma autoridade competente, independente e imparcial

qualquer outro meio à escolha da criança. O exercício deste direito só pode ser objecto de restrições previstas na lei e que sejam necessárias ao respeito dos direitos e da reputação de outrem ou à salvaguarda da segurança nacional, da ordem pública, da saúde ou da moral públicas.

³⁸ A liberdade de manifestar a sua religião ou as suas convicções só pode ser objecto de restrições previstas na lei e que se mostrem necessárias à protecção da segurança, da ordem e da saúde públicas, ou da moral e das liberdades e direitos fundamentais de outrem. Timor-Leste está ademais obrigado a respeitar os direitos e deveres dos pais, ou dos representantes legais, de orientar a criança no exercício do direito à liberdade de pensamento, de consciência e de religião, de forma compatível com o desenvolvimento das suas capacidades.

³⁹ O exercício da liberdade de associação e da liberdade de reunião pacífica só pode ser objecto de restrições previstas na lei e que sejam necessárias, numa sociedade democrática, no interesse da segurança nacional ou da segurança pública, da ordem pública, para proteger a saúde ou a moral públicas ou os direitos e liberdades de outrem.

ou por um tribunal, de forma equitativa nos termos da lei, na presença do seu defensor ou de outrem assegurando assistência adequada; o direito a não ser obrigada a testemunhar ou a confessar culpa, a interrogar ou fazer interrogar as testemunhas de acusação e a obter a comparência e o interrogatório das testemunhas de defesa em condições de igualdade; o direito de recorrer contra decisão desfavorável para uma autoridade superior, competente, independente e imparcial, ou uma autoridade judicial, etc. (art. 40.º, n.º 2).

Para além de estar obrigado, de um modo geral, a assegurar o efectivo gozo destes direitos a todas as crianças sujeitas à sua jurisdição sem discriminação alguma⁴⁰ e a tomar o princípio do interesse superior da criança como consideração primacial em quaisquer decisões relativas a crianças⁴¹, o Estado timorense tem o dever de, «no limite máximo dos seus recursos disponíveis»⁴², adoptar um conjunto diversificado de medidas legislativas, administrativas e outras dirigidas à protecção daqueles direitos e interesses. Entre estas medidas avultam:

– a garantia do funcionamento de instituições, serviços e estabelecimentos para assistência a crianças e assegurar que a protecção aí proporcionada às crianças respeita a legislação em vigor no que respeita, nomeadamente, ao número e qualificação do pessoal (arts. 3.º, n.º 3, e 18.º, n.º 2 e 3);

– a consideração de forma positiva, com humanidade e diligência, de todos os pedidos formulados por uma criança ou pelos seus pais para entrar em território timorense com o fim de reunificação familiar (art. 10.º, n.º 1);

– a garantia do acesso da criança à informação, através, nomeadamente, do incentivo aos órgãos de comunicação social para que difundam informação e

⁴⁰ Tal como os demais Estados parte, Timor-Leste assumiu o compromisso de respeitar e garantir os direitos previstos na *Convenção* a todas as crianças que se encontrem sujeitas à sua jurisdição, sem discriminação alguma, independentemente de qualquer consideração de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou outra da criança, de seus pais ou representantes legais, ou da sua origem nacional, étnica ou social, fortuna, incapacidade, nascimento ou de qualquer outra situação. Para além disso, comprometeu-se a tomar todas as medidas adequadas para que a criança seja efectivamente protegida contra todas as formas de discriminação ou de sanção decorrentes da situação jurídica, de actividades, opiniões expressas ou convicções de seus pais, representantes legais ou outros membros da sua família.

⁴¹ Art. 3.º, n.º 1: «Todas as decisões relativas a crianças, adoptadas por instituições públicas ou privadas de protecção social, por tribunais, autoridades administrativas ou órgãos legislativos, terão primacialmente em conta o interesse superior da criança».

⁴² A ressalva é feita em termos genéricos, no art. 4.º, a respeito da realização dos direitos económicos, sociais e culturais, e reafirmada a propósito do direito das crianças deficientes a prestações estaduais (art. 23.º, n.º 2) e do apoio prestado pelo Estado aos pais para assegurar alimentação, vestuário e alojamento a todas as crianças (art. 27.º, n.º 3).

documentos com utilidade social e cultural para a criança e do incentivo à produção e difusão de livros para crianças (art. 17.º);

– a assistência aos pais e representantes legais da criança no exercício da responsabilidade que lhes cabe de educar a criança (art. 18.º, n.º 2) e, em caso de necessidade, auxílio material e programas de apoio aos pais para garantir o acesso da criança a alimentação, vestuário e alojamento (art. 27.º, n.º 3);

– a protecção da criança contra todas as formas de violência física ou mental, dano ou sevícia, abandono ou tratamento negligente, maus tratos ou exploração, incluindo a violência sexual (art. 19.º);

– a garantia de que o interesse superior da criança é a consideração primordial em matéria de adopção e de que a adopção de qualquer criança só possa ser autorizada pelas autoridades competentes (art. 21.º)⁴³;

– o combate à doença e à má nutrição, no quadro dos cuidados de saúde primários, graças nomeadamente ao fornecimento de alimentos nutritivos e de água potável [art. 24.º, n.º 2, alínea c)];

– a abolição de práticas tradicionais prejudiciais à saúde das crianças (art. 23.º, n.º 3);

– a prestação de ensino primário obrigatório e gratuito para todos [art. 28.º, n.º 1, alínea a)];

– a fixação de uma idade mínima para a admissão a um emprego e a adopção de regulamentos próprios sobre a duração e as condições de trabalho, com previsão de penas ou outras sanções adequadas a assegurar o efectivo respeito destas regras (art. 32.º, n.º 2);

– a protecção da criança contra todas as formas de exploração e de violência sexuais, incluindo a prática de prostituição e a exploração da criança na produção de espectáculos ou de material de natureza pornográfica (art. 34.º)^{44 45};

⁴³ O interesse superior da criança é também um dos factores fundamentais a considerar aquando da avaliação da viabilidade das adopções internacionais, nos termos do art. 4.º da *Convenção de Haia de 29 de Maio de 1993 relativa à protecção das crianças e à cooperação em matéria de adopção internacional*. Entretanto, ao ratificar o *Protocolo Facultativo relativo à venda de crianças, prostituição infantil e pornografia infantil*, Timor-Leste comprometeu-se a criminalizar, entre outras práticas, a indução indevida do consentimento, na qualidade de intermediário, para a adopção de uma criança com violação dos instrumentos internacionais aplicáveis em matéria de adopção [art. 3.º, n.º 1, alínea a), ii)]. Timor-Leste comprometeu-se, de resto, de um modo geral, a adoptar todas as medidas legislativas e administrativas adequadas a fim de garantir que todas as pessoas envolvidas na adopção de uma criança actuem em conformidade com os instrumentos jurídicos internacionais aplicáveis (art. 3.º, n.º 5).

⁴⁴ A utilização, o recrutamento e a oferta de uma criança para fins de prostituição, de produção de material pornográfico ou de espectáculos pornográficos constituem algumas das «piores formas de trabalho das crianças» [art. 3.º, alínea a)], que Timor-Leste se comprometeu a combater quando ratificou a *Convenção n.º 182 da Organização Internacional do Trabalho*.

⁴⁵ Em cumprimento do *Protocolo Facultativo relativo à venda de crianças, prostituição infantil e pornografia infantil*, Timor-Leste está obrigado a proibir e evitar estas práticas e a criminalizar, pelo menos, a oferta, entrega ou aceitação de uma criança, por qualquer meio, para fins de exploração sexual.

- a prevenção do rapto, da venda ou do tráfico de crianças, independentemente do seu fim e forma (art. 35.º)⁴⁶;
- a garantia de que, em caso de conflito armado, nenhuma criança com menos de 15 anos participa directamente nas hostilidades, e de que nenhuma criança com menos de 15 anos será incorporada nas forças armadas (art. 38.º, n.º 2 e 3)⁴⁷;
- a adopção de legislação específica em matéria de justiça juvenil, estabelecendo, nomeadamente, uma idade mínima abaixo da qual se presume que as crianças não têm capacidade para infringir a lei penal (art. 40.º, n.º 3).

Como teremos oportunidade de observar no ponto que se segue, muitas destas medidas figuram igualmente no texto constitucional timorense e/ou foram já adoptadas

transferência dos órgãos da criança com intenção lucrativa e submissão da criança a trabalho forçado; a indução indevida do consentimento, na qualidade de intermediário, para a adopção de uma criança com violação dos instrumentos internacionais aplicáveis em matéria de adopção; a oferta, obtenção, procura ou entrega de uma criança para fins de prostituição infantil; a produção, distribuição, difusão, importação, exportação, oferta, venda ou posse para os fins de pornografia infantil (art. 3.º, n.º 1).

Timor-Leste deve, por outro lado, adoptar medidas adequadas para proteger, em todas as fases do processo penal, os direitos e interesses das crianças vítimas destes crimes, adaptando os procedimentos às suas necessidades específicas; informando-as dos seus direitos, do seu papel e do âmbito, duração e evolução do processo; proporcionando-lhes serviços de apoio adequados ao longo de todo o processo judicial; protegendo adequadamente a sua privacidade e identidade; garantindo a sua segurança contra actos de intimidação e represálias; e evitando atrasos desnecessários na decisão das causas e execução de sentenças ou despachos que concedam indemnização às crianças vítimas (art. 8.º, n.º 1). Timor-Leste deve ainda adoptar todas as medidas que lhe sejam possíveis a fim de garantir a assistência adequada às crianças vítimas deste tipo de crimes, nomeadamente a sua plena reinserção social e completa recuperação física e psicológica, bem como garantir que estas crianças têm acesso a procedimentos adequados para reclamar dos presumíveis responsáveis indemnização pelos danos sofridos (art. 9.º, n.º 3 e 4).

⁴⁶ A venda e o tráfico de crianças são equiparados à escravatura e classificados como algumas das «piores formas de trabalho das crianças» pela *Convenção n.º 182 da Organização Internacional do Trabalho* [art. 3.º, alínea a)]. À venda e tráfico de crianças aplicam-se ainda as disposições do *Protocolo Facultativo relativo à venda de crianças, prostituição infantil e pornografia infantil*, analisadas na nota anterior, e as disposições do *Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas Contra o Crime Organizado Transnacional, relativo à prevenção, repressão e punição do tráfico de pessoas, em especial mulheres e crianças*, que, designadamente, impõem ao Estado que tome em conta as necessidades específicas das crianças vítimas de tráfico, incluindo o alojamento, a educação e cuidados adequados (art. 6.º, n.º 4).

⁴⁷ A idade mínima de 15 anos para a participação directa nas hostilidades foi elevada para 18 anos, com a ratificação por Timor-Leste do *Protocolo Facultativo relativo à participação de crianças em conflitos armados*. O art. 1.º do *Protocolo Facultativo* estatui que os Estados devem adoptar todas as medidas possíveis para garantir que os membros das suas forças armadas menores de 18 anos não participam directamente nas hostilidades. Com a ratificação deste *Protocolo Facultativo*, Timor-Leste obrigou-se ainda a assegurar que os menores de 18 anos não são compulsivamente incorporados nas suas forças armadas (art. 2.º), a elevar a idade mínima de recrutamento voluntário para uma idade superior a 15 anos (art. 3.º, n.º 1) e a impedir, nomeadamente pela via do Direito Penal, que grupos armados distintos das suas forças armadas recrutem ou utilizem menores de 18 anos em hostilidades (art. 4.º). Entretanto, a *Convenção n.º 182 da Organização Internacional do Trabalho* inclui o «recrutamento forçado ou obrigatório das crianças com vista à sua utilização em conflitos armados» entre as «piores formas de trabalho das crianças» [art. 3.º, alínea a)].

pela legislação ordinária. Quanto aos direitos subjectivos enunciados pela *Convenção sobre os Direitos da Criança* e demais instrumentos de Direito internacional dos direitos humanos, todos eles são reconhecidos a todas as crianças que se encontrem sob a jurisdição do Estado timorense, por força do art. 18.º, n.º 2, da CRDTL⁴⁸.

2. Os direitos da criança na Constituição timorense e suas repercussões infraconstitucionais

A Constituição timorense é, segundo a classificação de Philip Alston e John Tobin, uma «Constituição de protecção especial» (*special protection constitution*), na medida em que contém um preceito autónomo especificamente dedicado à tutela dos direitos e interesses da criança (art. 18.º)⁴⁹. Ao autonomizar o tratamento normativo dado à criança, a Constituição timorense está a reconhecer-lhe a qualidade de sujeito de direitos fundamentais, o que significa que a criança, apesar de depender do apoio e da orientação dos progenitores e demais membros da família para o seu cabal desenvolvimento⁵⁰, não deve ter-se por completamente submetida aos ditames dos adultos que compõem o agregado familiar⁵¹. Os direitos e interesses da criança são

⁴⁸ Importa notar, entretanto, que este preceito não se limita a remeter para as convenções internacionais regularmente ratificadas ou aprovadas por Timor-Leste, mas também para os princípios de Direito Internacional geral ou comum, na medida em que reconhece à criança o gozo de «todos os direitos que lhe são universalmente reconhecidos».

⁴⁹ Os autores identificam três categorias distintas de Constituições, consoante a visibilidade dada à criança e aos seus direitos; «(i) the invisible child constitutions in which there are no express provisions relating to children; (ii) the special protection constitutions which reflect a pre-child rights approach calling for special privileges to be accorded to ensure that children are protected from threats to their well-being; and (iii) the children's rights constitutions which reflect at least some of the principles recognized in the CRC». Cf. PHILIP ALSTON e JOHN TOBIN, *Laying the Foundations for Children's Rights*, *op. cit.*, p. xi. A Constituição timorense situa-se, portanto, no meio termo, já que não vai ao ponto de incorporar directamente princípios ou preceitos da *Convenção sobre os Direitos da Criança*.

⁵⁰ Como observa Tamar Ezer, as crianças são, por definição, «incapazes dependentes» e, por isso, uma anomalia no quadro da construção liberal dos direitos humanos, que pressupõe indivíduos inteiramente racionais e autónomos, capazes de fazer escolhas livres. Cf. TAMAR EZER, «A Positive Right to Protection for Children», in *Yale Human Rights & Development Law Journal*, vol. 7, 2004, pp. 1-3.

⁵¹ Em idêntico sentido, mas a propósito da Constituição da República Portuguesa (CRP), cf. JORGE MIRANDA e RUI MEDEIROS, *Constituição Portuguesa Anotada*, I, 2.ª ed., Coimbra, Coimbra Editora, 2010, p. 1381. Cumpre notar, no entanto, que a inserção sistemática do preceito relativo à criança é muito diferente nos dois textos constitucionais. Na Constituição Portuguesa, surge incluído entre os direitos e deveres económicos, sociais e culturais (art. 69.º da CRP), ao passo que na CRDTL figura entre os princípios gerais de direitos, deveres, liberdades e garantias fundamentais, logo depois de enunciados os princípios da universalidade e da igualdade.

protegidos, antes de mais, pela família, mas também pode ser necessário protegê-los contra ela⁵². Para além disso, consoante a sua idade e capacidade de discernimento, a criança terá o direito de participar e de ser ouvida na tomada das decisões que a afectem⁵³.

O art. 18.º, n.º 1, da CRDTL reconhece à criança o «direito a protecção especial por parte da família, da comunidade e do Estado, particularmente contra todas as formas de abandono, discriminação, violência, opressão, abuso sexual e exploração», em linha com o que vimos ser imposto pela *Convenção sobre os Direitos da Criança*⁵⁴. Este dever genérico de proteger a criança traduz-se concretamente no dever dos progenitores de assegurarem aos seus filhos menores alojamento, alimentação, higiene, vestuário e educação, de não os sujeitarem a nenhum tipo de violência física ou psíquica e de não os explorarem economicamente, bem como o dever de os defenderem de qualquer violência ou exploração que lhes seja infligida por outros⁵⁵.

⁵² Será assim, desde logo, sempre que os membros da família maltratam ou negligenciam a criança. Convocamos aqui os dois exemplos dados pelo art. 9.º, n.º 1, da *Convenção sobre os Direitos da Criança*, como motivos legítimos para impor que uma criança seja separada dos seus pais contra a vontade destes. Idêntico preceito é o do art. 56.º, n.º 2, do *Código da Criança*, que reproduz no essencial o disposto no art. 9.º da *Convenção*, acrescentando apenas que a falta ou carência de recursos materiais não constitui motivo suficiente para separar a criança dos seus pais (art. 56.º, n.º 6). O Código Civil timorense estabelece, nos arts. 1795.º e ss., as condições para a inibição e a imposição de limites ao exercício do poder paternal.

⁵³ Por exemplo, a Lei Contra a Violência Doméstica – Lei n.º 7/2010, de 7 de Julho – estabelece que qualquer intervenção de apoio à vítima de violência doméstica só deve ser efectuada após esta prestar o seu consentimento livre e esclarecido, prevendo regras diferentes consoante a idade da vítima, quando esta for menor. Se a vítima tiver idade igual ou superior a 16 anos, a intervenção de apoio específico depende somente do seu consentimento (art. 5.º, n.º 2). Se a vítima tiver menos de 16 e mais de 12 anos, a intervenção de apoio específico depende do consentimento do representante legal ou da entidade designada por lei e do consentimento da criança, sendo que o consentimento da criança será bastante caso as circunstâncias impeçam a recepção, em tempo útil, do consentimento do representante legal ou da entidade designada por lei (art. 5.º, n.º 3 e 4). Se a vítima tiver menos de 12 anos, será sempre necessário o consentimento do representante legal ou da entidade designada por lei, mas, ainda assim, a criança tem o direito a pronunciar-se, em função da sua idade e grau de maturidade, sobre o apoio específico a prestar (art. 5.º, n.º 5). Refira-se ainda que o Código Civil timorense, apesar de estatuir que os filhos devem obediência aos pais, não deixa de impor a estes o dever de, de acordo com a maturidade dos filhos, terem em conta a sua opinião nos assuntos familiares importantes e reconhecerem-lhes autonomia na organização da própria vida (art. 1758.º, n.º 2). O *Código da Criança* assume como um dos seus princípios orientadores o princípio da participação, segundo o qual a criança tem o direito de ser ouvida, e, nomeadamente, impõe aos pais que estes tenham em consideração a opinião da criança, de acordo com a sua maturidade, em assuntos de família considerados relevantes (art. 54.º, n.º 5).

⁵⁴ Considerem-se, designadamente, os arts. 19.º; 23.º, n.º 3; 32.º, n.º 1; 34.º; 35.º; 37.º; e 38.º, n.º 2 e 3 da *Convenção*.

⁵⁵ Nos termos do art. 1758.º, n.º 1, do Código Civil timorense, compete aos pais, no interesse dos filhos, velar pela segurança e saúde destes, prover ao seu sustento, dirigir a sua educação, representá-los, ainda que nascituros, e administrar os seus bens. O art. 1765.º acrescenta que cabe aos pais, de acordo com as suas possibilidades, promover o desenvolvimento físico, intelectual e moral dos filhos; e que os pais devem proporcionar aos filhos, em especial aos diminuídos física e mentalmente, adequada instrução

Para a comunidade, ou seja, para os cidadãos e para as instituições sociais (incluídas aqui, por exemplo, as escolas, os centros de saúde e as organizações religiosas), este dever de protecção implica, não apenas o dever de se absterem de comportamentos que possam resultar no abandono, discriminação, violência, opressão, abuso sexual e exploração de crianças, mas também o dever de vigilância e de denúncia das agressões e abusos que cheguem ao seu conhecimento⁵⁶.

O Estado, por seu turno, tem o dever de actuar mediante a adopção de instrumentos legislativos e administrativos que salvaguardem o interesse superior da criança. Cumpre-lhe, nomeadamente, criminalizar as piores formas de agressão de que as crianças sejam vítimas⁵⁷ e impedir o seu envolvimento em actividades que possam

geral e profissional, correspondente, na medida do possível, às aptidões e inclinações de cada um. O *Código da Criança* reitera estes princípios, acrescentando-lhes o dever dos pais de protegerem a criança igualmente contra qualquer prática tradicional que lhe cause danos (art. 54.º, n.º 3). Refira-se que uma prática tradicional considerada lesiva pelo Comité dos Direitos da Criança é a dos «casamentos arranjados», ao abrigo do Direito costumeiro, comum sobretudo nas zonas rurais e que envolve meninas muito novas. Cf. Committee on the Rights of the Child, *Consideration of Reports Submitted by States Parties under Article 44 of the Convention, Concluding observations: Timor-Leste*, CRC/C/TLS/CO/1, de 14 de Fevereiro de 2008, parágrafo 62.

⁵⁶ A Lei n.º 7/2010, de 7 de Julho, impõe aos centros de acolhimento às vítimas de violência doméstica e às autoridades hospitalares o dever de participar à Polícia Nacional de Timor-Leste ou ao Ministério Público as situações de vítimas de violência doméstica de que tenham conhecimento (arts. 19.º e 22.º). Do mesmo modo, o *Código da Criança* estabelece o dever dos directores e do pessoal encarregado de estabelecimentos de saúde, públicos ou privados, que prestem cuidados de saúde a crianças, de denunciar ao Ministério Público ou aos Serviços da Segurança Social qualquer suspeita razoável de maus-tratos ou abusos cometidos contra crianças (art. 21.º, n.º 2). O mesmo vale para os directores e o pessoal docente dos estabelecimentos de educação, públicos ou privados, que têm o dever de denunciar ao Ministério Público, ao Ministério da Solidariedade Social ou à Polícia Nacional qualquer suspeita razoável de maus-tratos ou abusos cometidos contra crianças dentro ou fora da escola [art. 32.º, n.º 1, alínea a), do *Código*]. O *Código da Criança* prevê também, ainda que em termos menos claros, o dever de denúncia por parte dos cidadãos em geral, ao estatuir, no seu art. 43.º, n.º 5, que qualquer pessoa que tenha conhecimento de situação em que a criança se encontre em risco ou afectada por danos significativos poderá informar as autoridades competentes. No art. 74.º, n.º 1, o *Código* impõe aos professores, médicos, assistentes sociais, agentes da polícia e de outras categorias profissionais consideradas apropriadas o dever de informar o Ministério Público caso tenham uma suspeita séria de que a criança é vítima ou foi testemunha de um crime.

⁵⁷ Nesse sentido, o Código Penal timorense, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 19/2009, de 8 de Abril, prevê os crimes de infanticídio (art. 142.º), exposição ao abandono (art. 143.º), maus-tratos a menor (art. 155.º), prostituição e pornografia infantil (arts. 175.º e 176.º), abuso sexual de menor (art. 177.º), actos sexuais com adolescentes (art. 178.º), não cumprimento de obrigação alimentar (art. 225.º) e subtracção de menor (art. 226.º). O Código Penal prevê ainda, como causa de agravamento dos crimes de escravidão, tráfico de pessoas e venda de pessoas, a circunstância de a vítima ter menos de 17 anos de idade (arts. 162.º a 164.º e 166.º). Em cumprimento do art. 4.º do *Protocolo Facultativo relativo à participação de crianças em conflitos armados*, o Código Penal tipificou como «crime de guerra contra as pessoas» o recrutamento ou alistamento de crianças menores de 18 anos em forças armadas, forças militares ou paramilitares de um Estado, ou em grupos armados distintos das forças armadas, forças militares ou paramilitares de um Estado, ou sua utilização para participar em hostilidades [art. 125.º, n.º 1, alínea e)]. Cumpre ainda referir que a Lei n.º 7/2010, de 7 de Julho, qualificou como crimes de violência doméstica vários tipos legais previstos no Código Penal, entre os quais o crime de maus-tratos a menor.

ser prejudiciais à sua integridade física e psíquica, como é o caso da prestação de serviço militar⁵⁸. É também dever do Estado prestar à família a protecção e assistência necessárias para que esta possa desempenhar plenamente o seu papel de garante do «desenvolvimento harmonioso» da criança (art. 39.º, n.º 1). Esta assistência do Estado à família passa, desde logo, pela criação de um serviço nacional de saúde, universal e gratuito (art. 57.º, n.º 2)⁵⁹, pelo estabelecimento de um sistema público de ensino básico, universal, obrigatório e gratuito (art. 59.º, n.º 1)⁶⁰ e pela garantia a todas as famílias de uma habitação com condições de higiene e conforto adequadas (art. 58.º). Entretanto, se

⁵⁸ Em cumprimento do disposto no art. 2.º do *Protocolo Facultativo relativo à participação de crianças em conflitos armados*, a Lei do Serviço Militar timorense estabelece como idade mínima para a prestação do serviço militar universal e obrigatório os 18 anos de idade (art. 2.º da Lei n.º 3/2007, de 28 de Fevereiro). Na sua versão inicial, este diploma não previa a possibilidade de o serviço militar ser prestado também em regime de voluntariado. Esta hipótese foi introduzida pela Lei n.º 16/2008, de 24 de Dezembro, que alterou a Lei do Serviço Militar. Este diploma manteve como idade mínima, para qualquer dos regimes, os 18 anos de idade.

Uma actividade também potencialmente muito perigosa para as crianças é a prática de artes marciais, que tem uma importância social e cultural de relevo junto das camadas mais jovens da população timorense, mas que conheceu alguns «desvios» preocupantes durante a crise política de 2006. O Comité dos Direitos da Criança, em 2008, louvou o facto de o Governo timorense reconhecer os riscos associados ao envolvimento de crianças em grupos de artes marciais, incluindo o risco de estes grupos serem usados para fins políticos, e recomendou que o Governo controlasse as actividades destes grupos e concluísse rapidamente a adopção do diploma legal, então ainda em projecto, sobre o exercício de artes marciais em Timor-Leste. Cf. Committee on the Rights of the Child, *Consideration of Reports Submitted by States Parties under Article 8 of the Optional Protocol to the Convention on the Rights of the Child on the Involvement of Children in Armed Conflict Concluding observations: Timor-Leste*, CRC/C/OPAC/TLS/CO/1, de 14 de Fevereiro de 2008, parágrafos 13-14. O exercício das artes marciais foi regulado pela Lei n.º 10/2008, de 16 de Julho. Este diploma não estabelece, no entanto, uma idade mínima para o ensino, a aprendizagem e a prática de artes marciais, limitando-se a estatuir que um e outras «só são autorizados aos indivíduos que possuam a conveniente aptidão psicofisiológica e ofereçam garantias de idoneidade moral e cívica no acatamento da ordem social estabelecida» (art. 6.º, n.º 1).

⁵⁹ A Lei do Sistema de Saúde – Lei n.º 10/2004, de 24 de Novembro – estabelece que o Serviço Nacional de Saúde é universal e tendencialmente gratuito (art. 14.º).

⁶⁰ A Lei de Bases da Educação – Lei n.º 14/2008, de 29 de Outubro – estabelece que o ensino básico é universal, obrigatório e gratuito e tem a duração de nove anos. Ingressam no ensino básico as crianças que completem seis anos de idade até 31 de Dezembro do ano anterior ao do início do ano escolar. A obrigatoriedade de frequência do ensino básico termina no final do ano lectivo em que o aluno completa dezassete anos de idade. A gratuidade no ensino básico abrange propinas, taxas e emolumentos relacionados com a matrícula, frequência e certificação, podendo ainda os alunos dispor gratuitamente do uso de livros e material escolar, bem como de transporte, alimentação e alojamento, quando necessários (art. 11.º). O Comité dos Direitos da Criança notou, em 2008, que um grande número de crianças com idades compreendidas entre 6 e 11 anos de idade ainda não estavam matriculadas na escola, que mais de 50% das crianças não passavam do 6.º ano de escolaridade e que o acesso às escolas continuava a ser muito problemático em algumas zonas rurais. Cf. Committee on the Rights of the Child, *Consideration of Reports Submitted by States Parties under Article 44 of the Convention, Concluding observations: Timor-Leste*, CRC/C/TLS/CO/1, de 14 de Fevereiro de 2008, parágrafo 64. Sobre as dificuldades enfrentadas em Timor-Leste no que respeita à escassez de recursos disponíveis (instalações, materiais, livros) e à embrionária formação de professores, cf. JAYA EARNEST, MARGIE BECK e TRINA SUPIT, «Exploring the Rebuilding of the Education System in a Transitional Nation: The Case of Timor-Leste», in *Analytical Reports in International Education*, vol. 2, n.º 1, 2008, pp. 83-86.

a criança for vítima de abandono ou maus-tratos no seio da sua família, o Estado deve intervir para pôr termo à situação, podendo, em último caso, decidir separar a criança dos seus progenitores e confiá-la a uma instituição tutelar de menores⁶¹.

O art. 18.º, n.º 3, da CRDTL consagra o princípio da não discriminação das crianças nascidas fora do matrimónio, sejam elas o resultado de relações extra-matrimoniais, de uniões de facto, de casamento anterior ou da prática de crimes⁶². «Todas as crianças, nascidas dentro ou fora do matrimónio, gozam dos mesmos direitos e da mesma protecção social». Os poderes públicos não podem tratar as crianças de forma diferente, consoante estas tenham nascido dentro ou fora do matrimónio, e o mesmo é válido para os progenitores e para a comunidade em geral. Esta norma proíbe o uso, pela lei e pela Administração Pública, de designações discriminatórias como as de filho *ilegítimo* ou *bastardo*⁶³; garante às crianças nascidas fora do casamento o direito à investigação da sua maternidade e paternidade⁶⁴; impede os progenitores de preterirem os seus filhos nascidos fora do casamento em questões sucessórias; proíbe o

⁶¹ Como tivemos oportunidade de observar *supra*, a definição dos termos da intervenção do Estado neste tipo de situações encontra-se ainda por regular. De qualquer modo, a Lei n.º 7/2010, de 7 de Julho, prevê a criação de uma rede nacional de centros de apoio às vítimas de violência doméstica, responsáveis pela assistência directa, pelo refúgio e pela orientação das vítimas. Estes centros de apoio são compostos por centros de acolhimento e casas de abrigo, que trabalham coordenadamente (art. 15.º, n.º 1 e 2). As casas de abrigo têm como objectivos acolher temporariamente vítimas de violência doméstica, acompanhadas ou não de filhos menores, sempre que, por razões de segurança, não possam permanecer na sua residência habitual; garantir assistência psicológica e/ou cuidados médicos, assistência social e apoio jurídico adequados à situação da vítima; e, quando se justificar, promover as competências pessoais, profissionais e sociais dos utentes, durante a sua estada, de modo a evitar eventuais situações de exclusão social e de contribuir para a sua efectiva reinserção social (art. 16.º, n.º 1). As crianças acolhidas em casas de abrigo gozam, em especial, do direito a alojamento e alimentação em condições de dignidade; do direito a usufruir de um espaço de privacidade e de um certo grau de autonomia na condução da sua vida pessoal adequados à sua idade e situação; do direito a beneficiar de um espaço seguro e saudável dentro da casa e do direito de acesso à escola mais próxima da casa de abrigo (art. 17.º, n.º 1). Os serviços prestados através da rede nacional de centros de apoio às vítimas de violência doméstica são gratuitos (art. 18.º).

⁶² Pense-se, concretamente, na violação sistemática de mulheres timorenses ocorrida durante a ocupação indonésia. Cf. Comissão de Acolhimento, Verdade e Reconciliação (CAVR) de Timor-Leste, *Relatório Chega! Resumo Executivo*, Díli, 2005, pp. 133-143. Como pode ler-se neste relatório, as mulheres vítimas de violência sexual foram «frequentemente marginalizadas pela sociedade, ou de tratadas pelas suas próprias famílias, pelos membros das suas comunidades e pela Igreja Católica, devido às experiências que viveram». Idêntica sorte é a que cabe aos filhos nascidos dessas violações, eufemisticamente apelidados de «órfãos». Cf. SUSAN HARRIS RIMMER, «‘Orphans’ or Veterans?: Justice for Children Born of War in East Timor», in *Texas International Law Journal*, vol. 42, 2007, pp. 323-331.

⁶³ O *Código da Criança* proíbe qualquer designação ou referência discriminatória relativa à filiação (art. 52.º, n.º 4).

⁶⁴ O *Código da Criança* estabelece que a criança tem, sempre que possível, o direito de conhecer os seus pais e de conhecer a verdade sobre as suas origens (art. 52.º, n.º 2). O Código Civil timorense regula a investigação da maternidade e da paternidade nos seus arts. 1694.º e ss..

abandono e o ostracismo; e recomenda a adopção, pelo Estado, de medidas de discriminação positiva destinadas a eliminar ou a atenuar as desigualdades de facto que ainda persistam⁶⁵.

A protecção oferecida à criança pela Constituição timorense resulta não apenas do disposto no art. 18.º, mas, de um modo geral, de todas as normas constitucionais que, num desenvolvimento precípua do princípio da dignidade da pessoa humana, consagrado no art. 1.º, n.º 1, da CRDTL, consagram direitos, liberdades e garantias fundamentais de qualquer pessoa, independentemente da idade. Assim, nomeadamente, os direitos à vida (art. 29.º), à liberdade, segurança e integridade pessoal (art. 30.º), a garantias mínimas em processo penal (arts. 31.º a 34.º), à honra e privacidade (art. 36.º), à liberdade de expressão e informação (art. 40.º), à liberdade de consciência, de religião e de culto (art. 45.º), à propriedade privada (art. 54.º), à saúde (art. 57.º), à educação e cultura (art. 59.º) e a um ambiente de vida humano, sadio e ecologicamente equilibrado (art. 61.º).

Para além disso, as crianças beneficiam ainda do especial apoio concedido pelo Estado à juventude em cumprimento do art. 19.º, na medida em que as categorias «criança» e «jovem» são parcialmente coincidentes⁶⁶. A Constituição reconhece o importante contributo que a juventude pode dar para a consolidação da unidade nacional e para a reconstrução, a defesa e o desenvolvimento do país, o que bem se compreende atento o papel, louvado no texto preambular⁶⁷, que os jovens desempenharam na luta de resistência. As iniciativas da juventude – movimentos associativos e organização de

⁶⁵ Cf., para uma análise da norma da CRP que proíbe a discriminação dos filhos nascidos fora do casamento, JORGE MIRANDA e RUI MEDEIROS, *Constituição Portuguesa Anotada, op. cit.*, pp. 835-839.

⁶⁶ A Constituição não esclarece o que deva entender-se por juventude, pelo que, à falta de critério internacional aplicável, cabe ao legislador ordinário densificar o conceito. Nesta tarefa, o legislador dispõe de uma grande margem de liberdade, podendo utilizar diferentes noções de «jovem» consoante as matérias a tratar. O limite mínimo pode ser fixado abaixo da maioridade – caso em que teremos uma sobreposição das categorias *criança* e *jovem* –, como sucede com o art. 20.º, n.º 2, do Código Penal, que considera imputáveis os «jovens maiores de 16 anos e menores de 21 anos». De igual modo, o limite máximo pode ultrapassar em vários anos a maioridade – considere-se a norma do Código Penal acabada de referir e a definição de *jovem* dada pelos dois diplomas legais que, sucessivamente, regularam a composição dos Conselhos de Suco. A Lei n.º 2/2004, de 18 de Fevereiro, definiu como jovem quem tivesse idade compreendida entre os 17 e os 35 anos de idade, o que foi alterado pela Lei n.º 3/2009, de 8 de Julho, que reduziu a idade máxima para 30 anos.

⁶⁷ «A Resistência desdobrou-se em três frentes. [A] acção da frente clandestina, astutamente desencadeada em território hostil, envolveu o sacrifício de milhares de vidas de mulheres e homens, em especial jovens, que lutaram com abnegação em prol da liberdade e independência». Sobre o papel preponderante que a juventude assumiu no movimento de resistência, cf., ainda, MARIA ÂNGELA CARRASCALÃO, *Timor. Os Anos da Resistência*, Queluz, Mensagem, 2002, pp. 103-104.

eventos, por exemplo – que contribuam para aqueles fins devem, por isso, ser encorajadas e promovidas pelo Estado (art. 19.º, n.º 1), o que significa que os poderes públicos não podem opor obstáculos desproporcionados à sua concretização e devem, na medida do possível, prestar-lhes apoio financeiro, técnico e administrativo.

O art. 19.º, n.º 2 impõe ao Estado um dever de protecção especial dos direitos dos jovens à educação, à saúde e à formação profissional, áreas que o legislador constituinte considerou especialmente merecedoras de cuidado⁶⁸. Porque se trata de direitos a prestações, os direitos à educação, à saúde e à formação profissional dos jovens só serão, no entanto, promovidos pelo Estado se este dispuser de recursos e na medida dos recursos disponíveis. Caberá ao legislador ordinário, no exercício de amplos poderes de conformação, a escolha dos meios e das formas mais adequados a assegurar aquela protecção especial, o que pode incluir a restrição de alguns direitos e liberdades individuais dos jovens (como a liberdade de acesso a certos locais ou actividades e de aquisição de tabaco e de bebidas alcoólicas), desde que cumpridos os requisitos fixados pela Constituição para a admissibilidade de leis restritivas (art. 24.º).

3. As principais inovações trazidas pelo *Código da Criança*

Como começámos por observar, o *Código da Criança* apresenta-se, acima de tudo, como um repositório de princípios e normas de Direito Internacional dos direitos humanos que já fazem parte da ordem jurídica timorense, por força dos arts. 9.º, n.º 2, e 18.º, n.º 2, da Constituição. Os seus princípios orientadores são os mesmos da *Convenção sobre os Direitos da Criança*, ou seja, a proibição de discriminação, o princípio do interesse superior da criança, o princípio do direito inerente à vida e à sobrevivência e desenvolvimento e o princípio da participação (art. 3.º do *Código*).

⁶⁸ O facto de esta norma referir expressamente a educação, a saúde e a formação profissional não significa que esteja excluída a possibilidade de actuação estadual noutros domínios em que a promoção dos direitos dos jovens se afigure necessária. Pense-se na Lei n.º 2/2004, de 18 de Fevereiro, que, invocando a importância da participação dos jovens numa sociedade inclusiva, fixou uma quota para dois jovens (um por cada sexo) na composição dos Conselhos de Suco. E também na Lei n.º 3/2004, de 14 de Abril (Sobre os Partidos Políticos), que exige dos Partidos Políticos que promovam a participação dos cidadãos mais jovens nos seus órgãos de direcção, admitindo, se necessário, a definição de um sistema de quotas.

O *Código* define criança como todo o ser humano com idade inferior a 17 anos. Em caso de dúvida sobre se uma pessoa é ou não criança, o *Código* manda presumir que a pessoa o seja (art. 2.º, n.º 2), em linha com aquela que é a recomendação do Comité dos Direitos da Criança a este respeito⁶⁹.

No capítulo dos «direitos e liberdades civis», o *Código* reconhece vários direitos contidos na Constituição – vida, liberdade de expressão⁷⁰, liberdade de pensamento, consciência e religião, liberdade de associação e reunião⁷¹, reserva da vida privada⁷², honra e informação⁷³ – a que acrescenta os direitos ao nome (art. 7.º), à identidade (art. 9.º)⁷⁴ e ao registo de nascimento (art. 10.º), «retirados» dos arts. 7.º e 8.º da *Convenção sobre os Direitos da Criança*.

⁶⁹ Cf. Committee on the Rights of the Child, *General Comment No. 6 (2005): Treatment of Unaccompanied and Separated Children Outside their Country of Origin*, CRC/GC/2005/6, de 1 de Setembro de 2005, parágrafo 31.

⁷⁰ Em consonância com o «princípio da participação», que norteia o *Código*, o respeito pela liberdade de expressão da criança exige que as escolas, bem como outros organismos oficiais, estabeleçam mecanismos permanentes de consulta com a criança aquando da tomada de decisões que a afectem, incluindo aos níveis distrital, sub-distrital e de suco (art. 11.º, n.º 3, do *Código*).

⁷¹ À formulação convencional deste direito, o art. 13.º do *Código* acrescenta que o exercício da liberdade de associação e de reunião pacífica não necessita de autorização prévia (n.º 1); que a liberdade de associação inclui a possibilidade de crianças constituírem associações sem fins lucrativos e de aderirem a partidos políticos e a associações sindicais, nos termos da lei; que nenhuma criança pode ser obrigada a fazer parte de uma associação ou a nela permanecer contra sua vontade (norma que reproduz o art. 43.º, n.º 2, da CRDTL); e ainda que o Estado deve garantir e promover o exercício deste direito, especialmente em matéria de criação de associações de alunos, culturais, desportivas, laborais e comunitárias.

⁷² O *Código* acrescenta que a criança, designadamente adolescente, tem acesso a aconselhamento e a tratamento médico confidencial, designadamente a serviços de planeamento familiar, bem como a aconselhamento jurídico, igualmente confidencial, sem necessitar de estar acompanhada pelos pais ou pelo representante legal (art. 14.º, n.º 2). Este preceito está em consonância com as recomendações feitas pelo Comité dos Direitos da Criança, no seu Comentário Geral n.º 4, sobre saúde e desenvolvimento dos adolescentes. Cf. Committee on the Rights of the Child, *General Comment No. 4 (2003): Adolescent Health and Development in the Context of the Convention on the Rights of the Child*, CRC/GC/2003/4, de 1 de Julho de 2003, parágrafo 11.

⁷³ O *Código* impõe a proibição legal da divulgação de textos, imagens, mensagens e programas que sejam inadequados para o desenvolvimento da criança, por incitarem à violência, explorarem o medo, atentarem contra a moral pública ou se aproveitarem da falta de maturidade da criança para lhe incutir comportamentos prejudiciais ou perigosos para a sua saúde e segurança pessoal (art. 16.º, n.º 4). A programação televisiva não adequada ao público infantil, designadamente por ser violenta ou por ter uma natureza sexual, só pode ser transmitida a partir das 22h00, devendo a Televisão de Timor-Leste identificá-la através da utilização de sinalética apropriada (art. 16.º, n.º 5).

⁷⁴ À formulação convencional, o *Código* acrescenta a especificação de que a identidade inclui também a cultura, a religião e a língua (n.º 1) e ainda a indicação de que, nos casos em que o paradeiro da mãe, do pai ou de ambos seja desconhecido, o Estado deve recolher as informações existentes sobre aqueles e oferecer todas as facilidades para localizá-los, recorrendo para tal, sempre que necessário, à ajuda de organizações internacionais e nacionais (n.º 3). Temos dúvidas quanto à boa inserção sistemática deste n.º 3, que melhor se situaria num preceito relativo ao direito da criança a não ser separada dos pais contra a vontade destes e ao direito à reunificação familiar. Note-se que o texto da *Convenção* de que este

O direito ao registo de nascimento é aquele que merece uma regulação mais desenvolvida e autónoma face à matriz convencional, o que se compreende atenta a circunstância de o número de registos de nascimento em Timor-Leste ser ainda extremamente reduzido. Segundo dados do Ministério da Justiça timorense, em 2008, apenas uma em cada cinco crianças de idade inferior a 5 anos se encontravam registadas⁷⁵, o que suscitou a preocupação do Comité dos Direitos da Criança⁷⁶. O art. 10.º do *Código da Criança* reconhece a importância do registo de nascimento como forma de garantir o direito da criança às suas origens, a uma nacionalidade e como forma de acesso a outros direitos, tais como o direito à educação, à saúde, à segurança social e à protecção contra exploração e abusos. Por isso, o registo de nascimento é obrigatório – «[toda] a criança nascida em Timor-Leste tem de ser registada após o nascimento, independentemente do estado civil ou das origens nacionais dos seus pais – e gratuito⁷⁷.

No capítulo dos «direitos à saúde e ao bem-estar», o *Código da Criança* inclui o direito a um nível de vida suficiente, que permita que cada criança tenha acesso a necessidades humanas básicas como a alimentação, o alojamento, o vestuário, a água e o saneamento (art. 17.º)⁷⁸, o direito à saúde e aos serviços de saúde (art. 18.º)⁷⁹ e o

n.º 3 mais se aproxima é o do art. 22.º, n.º 2, que se refere à procura dos pais ou de outros membros da família da criança refugiada, de forma a obter as informações necessárias à reunificação familiar.

⁷⁵ Ver *Revista do Ministério da Justiça*, ano 1, n.º 0, 2008, p. 30.

⁷⁶ Cf. Committee on the Rights of the Child, *Consideration of Reports Submitted by States Parties under Article 44 of the Convention, Concluding observations: Timor-Leste*, CRC/C/TLS/CO/1, de 14 de Fevereiro de 2008, parágrafo 34.

⁷⁷ Em cumprimento deste desiderato, o Estado desenvolve, adopta e implementa políticas e programas com vista a promover o registo de todas as crianças nascidas em Timor-Leste, assegurando para tal a estreita colaboração entre o Governo central e outras instituições nacionais, as comunidades locais, nomeadamente a nível distrital, sub-distrital e de suco, as organizações não-governamentais e as organizações internacionais (art. 10.º, n.º 4). Mais adiante, no capítulo relativo aos «direitos à saúde e ao bem-estar», o *Código* impõe aos estabelecimentos de saúde, públicos ou privados, o dever de identificarem os recém-nascidos imediatamente após o parto, através da colocação de uma pulseira no pulso da criança, com a inscrição do nome da mãe e a sua impressão digital, e de emitirem o certificado de nascimento, para além do dever de informarem oportunamente os pais sobre os requisitos e procedimentos legais para a inscrição da criança no Registo Civil [art. 21.º, n.º 1, alíneas d) e e)]. Outro caso de inserção sistemática pouco conseguida.

⁷⁸ À semelhança do art. 27.º, n.º 3, da *Convenção sobre os Direitos da Criança*, o *Código* prevê que o Estado assegure aos pais, em caso de necessidade, auxílio material e programas de apoio, nomeadamente no que respeita à alimentação, vestuário e alojamento. O *Código* acrescenta ainda o apoio aos pais em matéria de água potável e saneamento, o que não parece lógico, uma vez que o fornecimento de água potável e o estabelecimento de um sistema de saneamento básico constituem responsabilidades do Estado e não dos pais ou das famílias. O próprio *Código*, no seu art. 24.º, dispõe que o Estado reconhece e adopta todas as medidas necessárias com vista à realização progressiva, para todas as crianças, dos direitos ao saneamento e à água, que sejam suficientes, seguros, aceitáveis, física e

direito da criança hospitalizada a permanecer separada dos adultos e a ter os pais ou representante legal junto dela, sem que isso implique qualquer encargo financeiro para eles (art. 22.º). Para além disso, o *Código* proíbe a oferta, venda e indução ao consumo de tabaco e de bebidas alcoólicas a crianças com idade inferior a 16 anos (a punir como contra-ordenação) e a oferta, venda, ou indução ao consumo de estupefacientes e outras substâncias tóxicas a crianças, a punir como crime (art. 23.º).

No capítulo do direito à educação, o *Código* sublinha a importância de uma educação de qualidade, assente no trabalho de professores competentes e no uso de materiais didáticos, locais, instalações e recursos adequados, bem como na oferta de propostas educacionais flexíveis, aptas a atender às necessidades específicas de todas as crianças (art. 25.º), em linha com as recomendações do Comité dos Direitos da Criança⁸⁰ e com o preceituado na Lei de Bases da Educação.

O *Código* enumera um conjunto de direitos e deveres dos alunos (art. 28.º) e dos seus pais ou representantes legais (arts. 29.º e 33.º). Entre os direitos dos alunos, avultam o de serem tratados com respeito e correcção por qualquer elemento da comunidade escolar (professores, funcionários e colegas) e de serem respeitada a sua integridade física, psicológica e emocional. O *Código* proíbe, por isso, a aplicação em estabelecimentos escolares de castigos corporais, de castigos psicológicos atentatórios da dignidade da criança, de castigos colectivos, de medidas que impliquem a exclusão ou discriminação da criança devido a uma situação pessoal sua ou dos seus pais e de

economicamente acessíveis, em todas as esferas das suas vidas, incluindo em casa e na escola. Importa observar que o acesso à água e ao saneamento básico – aqui formulados como direitos subjectivos – continua a ser um aspecto muito crítico das condições de vida das crianças em Timor-Leste. Cf. MANUEL COURET BRANCO e PEDRO DAMIÃO DE SOUSA HENRIQUES, «A Economia de Mercado e o Direito Humano à Água em Timor-Leste», in Michael Leach *et al.* (eds.), *Compreender Timor-Leste*, Díli, Timor-Leste Studies Association, 2010, pp. 112-116.

⁷⁹ Este preceito reproduz, praticamente, o texto do art. 24.º da *Convenção sobre os Direitos da Criança*, acrescentando-lhe apenas o dever do Estado de adoptar as medidas adequadas para garantir a concessão de licença por maternidade e por paternidade paga, tanto em casos de nascimento de filhos biológicos, como em casos de adopção, a fixar em lei especial [art. 18.º, n.º 3, alínea d) do *Código*]. No desenvolvimento do direito da criança à saúde, o *Código* define um conjunto de obrigações para o Estado (art. 19.º), para os pais (art. 20.º) e para os estabelecimentos de saúde (art. 21.º). No que respeita aos deveres dos estabelecimentos de saúde, cumpre notar que o art. 21.º, para além de incluir normas que melhor se inseririam no preceito relativo ao registo de nascimento como vimos *supra*, contraria o disposto no art. 14.º, n.º 2, que reconhece à criança adolescente acesso a aconselhamento e a tratamento médico confidencial, sem necessitar de estar acompanhada pelos pais ou pelo representante legal. Isto porque o art. 21.º, n.º 1, alínea b), estabelece um dever genérico dos estabelecimentos de saúde de informar os pais ou representantes legais sobre o estado de saúde dos seus filhos, sem fazer qualquer ressalva para acautelarem o direito da criança à privacidade.

⁸⁰ Cf. Committee on the Rights of the Child, *General Comment No. 1 (2001), Article 29(1): The Aims of Education*, CRC/GC/2001/1, de 17 de Abril de 2001.

sanções disciplinares que revistam natureza pecuniária (art. 30.º, n.º 1)⁸¹. É igualmente proibida a aplicação de castigos ou outras medidas disciplinares a alunas com fundamento na sua gravidez, devendo o Estado garantir a existência de um sistema que permita a frequência escolar, a continuação e finalização dos estudos por parte de alunas grávidas ou mães (art. 30.º, n.º 2). A sanção disciplinar deve ser adequada aos objectivos de formação do aluno e assegurada de forma compatível com a dignidade humana da criança (art. 31.º). O sistema educativo deverá adoptar um mecanismo de queixas independente a accionar em caso de violação dos direitos dos alunos (arts. 30.º, n.º 3, e 32.º, n.º 3).

O *Código* prevê a construção de um «sistema integrado de protecção» (art. 38.º) para crianças em risco ou afectadas por danos significativos, nomeadamente as crianças vítimas de abuso, exploração, negligência e violência⁸². A intervenção que vise a protecção da criança em risco e a promoção dos seus direitos deve pautar-se pelos quatro princípios orientadores do *Código* e ainda pelo respeito pela privacidade da criança, pelos princípios da intervenção precoce, da intervenção mínima e da proporcionalidade, pelo princípio da prevalência da família e da responsabilidade parental, e pelo direito à informação reconhecido à criança e aos seus pais ou às pessoas que a tenham a seu cargo (art. 42.º)⁸³. As medidas de protecção da criança em risco podem consistir na prestação de apoio pelo Ministério da Solidariedade Social no

⁸¹ Uma opção legislativa em sintonia com as recomendações feitas pelo Comité dos Direitos da Criança no Comentário Geral n.º 8, sobre a protecção da criança contra castigos corporais e outras formas de sanção cruel e degradante. Cf. Committee on the Rights of the Child, *General Comment No. 8 (2006), The Right of the Child to Protection from Corporal Punishment and Other Cruel or Degrading Forms of Punishment*, CRC/C/GC/8, de 2 de Março de 2007. Em 2008, o Comité dos Direitos da Criança notou com preocupação os indícios de que os castigos corporais continuam a ser um fenómeno muito comum, tanto em casa, como na escola. Cf. Committee on the Rights of the Child, *Consideration of Reports Submitted by States Parties under Article 44 of the Convention, Concluding observations: Timor-Leste*, CRC/C/TLS/CO/1, de 14 de Fevereiro de 2008, parágrafo 42.

⁸² Sem razão aparente, a definição do que se entende por criança em risco surge repartida por três artigos diferentes – os arts. 39.º, 40.º, n.º 3, e 41.º. A sistematização da Parte III do *Código*, dedicada à «protecção da criança», é, neste como noutros aspectos, bastante confusa, o que torna difícil compreender o exacto alcance do «sistema integrado de protecção», a que se refere o art. 38.º, e o modo como este sistema se relaciona com os «cuidados alternativos» regulados a partir do art. 59.º.

⁸³ A lista feita pelo art. 42.º inclui ainda o direito da criança a ser ouvida [alínea h)], o que constitui uma redundância face à remissão feita no proémio deste artigo para os princípios orientadores do *Código*, entre os quais figura o princípio da participação, que consiste fundamentalmente no direito da criança a ser ouvida. Outra inconsistência pode ser detectada no art. 43.º, n.º 2, que prevê que o Ministério Público e a Defensoria Pública actuem na defesa dos direitos e do interesse superior da criança em risco de forma gratuita, quando nem o Ministério Público nem a Defensoria podem actuar de outra forma que não seja gratuitamente. Veja-se o disposto no art. 4.º do Decreto-Lei n.º 38/2008, de 29 de Outubro, que estabelece a gratuidade dos serviços prestados pela Defensoria Pública.

sentido de a criança permanecer com os pais; na prestação de apoio pelo Ministério e pelos tribunais no sentido de a criança permanecer com outro membro da família; na confiança da criança a uma pessoa idónea através de autorização judicial; no acolhimento familiar, com autorização dos representantes legais da criança ou autorização judicial; na colocação da criança em casas de acolhimento; ou na adoção (art. 48.º, n.º 1)⁸⁴. A adoção de qualquer destas medidas pressupõe o prévio assentimento dos pais, representantes legais ou pessoas que tenham a criança a cargo e, se a criança tiver idade superior a 12 anos, também o assentimento desta (arts. 44.º e 45.º, n.º 1)⁸⁵. Caso este assentimento não seja prestado, o tribunal deverá intervir para decretar a medida necessária (art. 46.º)⁸⁶.

Entretanto, para a criança temporária ou definitivamente privada do seu ambiente familiar ou que, no seu interesse superior, não possa ser deixada em tal ambiente, o *Código* prevê a prestação de cuidados alternativos, com respeito pelas responsabilidades, direitos e deveres da família alargada. Nos termos do art. 59.º, n.º 3, os cuidados familiares alternativos devem, em todos os casos, atender devidamente à necessidade de assegurar continuidade à educação da criança, bem como às suas origens étnicas, religiosas, culturais e linguísticas e devem proporcionar à criança um ambiente de afecto e compreensão que assegure o respeito pelos seus direitos fundamentais e promova o seu desenvolvimento integral. O *Código* não prevê uma norma semelhante para as medidas previstas para as crianças em risco, mas nada justifica que estes mesmos cuidados não sejam exigidos aquando da definição dessas medidas.

Os cuidados alternativos consistem na colocação em casa de familiares ou amigos, no acolhimento familiar ou na colocação em casas de acolhimento (art. 60.º, n.º 1)⁸⁷. A adoção da criança pode, em último recurso, ser considerada como medida de cuidados alternativos (art. 60.º, n.º 5). Qualquer destas medidas requer uma decisão

⁸⁴ Caso a situação da criança seja considerada como violência doméstica, ser-lhe-ão aplicáveis as medidas de protecção prevista na Lei n.º 7/2010, de 7 de Julho.

⁸⁵ Tratando-se de criança com idade inferior a 12 anos, a ausência de oposição da sua parte deve ser considerada relevante e ser tida em consideração aquando do estabelecimento da natureza da intervenção estadual (art. 45.º, n.º 2).

⁸⁶ A intervenção do tribunal é igualmente necessária sempre que nenhuma medida de protecção tenha sido aplicada pelas autoridades responsáveis num prazo de três meses após o conhecimento da situação de risco [art. 46.º, alínea c)].

⁸⁷ A colocação em casa de familiares ou amigos consiste no realojamento da criança com membros da família alargada ou pessoas de confiança da família. O acolhimento familiar consiste no realojamento da criança com uma família que não a sua. A colocação em casas de acolhimento consiste no realojamento da criança em centros de tipo não familiar, como as casas de abrigo ou lares.

judicial (arts. 61.º a 65.º). Contrariamente ao que se verifica para as medidas de protecção das crianças em risco, os cuidados familiares alternativos não dependem do assentimento da criança, que apenas deve ser ouvida, de acordo com a sua idade e maturidade antes de a medida ser aplicada (art. 59.º, n.º 4).

O *Código* cria ainda um regime especial tutelar educativo para as crianças maiores de 12 e menores de 16 anos de idade e um regime especial aplicável a jovens maiores de 16 e menores de 21 anos em conflito com a lei penal, mas remete para legislação autónoma a sua regulação (art. 69.º, n.º 3 e 4). As garantias mínimas previstas pelo art. 70.º do *Código* para crianças suspeitas, acusadas ou condenadas por infracção à lei penal são as mesmas do art. 40.º da *Convenção dos Direitos da Criança*. As crianças que sejam parte numa acção civil têm direito ao apoio do Ministério Público e as suas acções têm preferência sobre as demais (art. 72.º, n.º 1 e 3). A privacidade da criança é especialmente protegida em todos processos em que estas intervenham como vítimas ou testemunhas (art. 73.º).

Por fim, importa referir os preceitos do *Código da Criança* que versam sobre a protecção contra a exploração, nomeadamente a protecção contra o trabalho infantil, que continua a ser muito comum em Timor-Leste⁸⁸, apesar das campanhas de sensibilização e da instituição do ensino básico, obrigatório e gratuito. À semelhança do art. 32.º, n.º 1, da *Convenção sobre os Direitos da Criança*, o *Código* reconhece à criança o direito de ser protegida contra a exploração económica ou a sujeição a trabalhos perigosos ou capazes de comprometer a sua educação, prejudicar a sua saúde ou o seu desenvolvimento físico, mental, espiritual, moral ou social (art. 79.º, n.º 1). Nesse sentido, proíbe o trabalho ou emprego de crianças, com idades compreendidas entre os 15 e os 18 anos, em actividades que, pela sua natureza ou pelas circunstâncias em que são desenvolvidas podem pôr em perigo a sua saúde, segurança ou moral; bem como o trabalho ou emprego de crianças com idade inferior a 15 anos. O *Código* permite, no entanto, o trabalho leve de crianças maiores de 13 anos, nos termos a definir pelo *Código do Trabalho* (art. 79.º, n.º 2).

⁸⁸ Cf. Committee on the Rights of the Child, *Consideration of Reports Submitted by States Parties under Article 44 of the Convention, Concluding observations: Timor-Leste*, CRC/C/TLS/CO/1, de 14 de Fevereiro de 2008, parágrafo 76.

Em conclusão, diremos que o *Código da Criança* introduz algumas inovações significativas em relação ao quadro normativo já em vigor em Timor-Leste, sobretudo pela disciplina que fixa em matéria de protecção das crianças em risco e de cuidados alternativos. Como tivemos oportunidade de referir ao longo da exposição, o anteprojecto nem sempre é feliz na sua articulação com o texto constitucional e demais diplomas legais em vigor (pense-se na Lei da Nacionalidade ou no Estatuto da Defensoria Pública, por exemplo). Por outro lado, é um texto prolixo, frequentemente redundante e algumas vezes contraditório. A organização das matérias, com uma alternância incompreensível de listas de direitos subjectivos e regras processuais, também deixa muito a desejar. O regime instituído, onde não se limita a reproduzir o disposto em normas já vigentes em Timor-Leste, é extremamente ambicioso, chegando a roçar o puro irrealismo, como quando prevê que as escolas e os demais organismos oficiais estabeleçam mecanismos permanentes de consulta com a criança para a tomada de decisões que a afectem. De qualquer modo, o quadro legal existente neste momento, independentemente da adopção do *Código da Criança*, é já muito generoso, pelas razões que vimos. O que é evidente é que o bem-estar das crianças timorenses não depende de uma nova lei, mas da aplicação efectiva das leis que existem.